

Relatório e Contas 2021

Fundo de Pensões VICTORIA Valor
Vantagem Duplo Valor PPR

INDICE

1. Evolução da economia internacional.....	3
Situação Económica.....	3
Mercados Financeiros	4
2. Âmbito	6
3. Atividade do fundo	6
4. Evolução da carteira de investimento	7
5. Rentabilidade e Risco.....	8
6. Financiamento do plano de pensões.....	9
7. Demonstrações financeiras	10
8. Anexo às Demonstrações Financeiras	11
9. Certificação Legal das Contas	16

1. Evolução da economia internacional

Situação Económica

Após a eclosão em 2020, o ano de 2021 foi novamente marcado pela pandemia de Covid-19 e pela imprevisibilidade na evolução do vírus SARS-CoV-2. Foi um ano de incerteza, mas também de muita antecipação e esperança num ansiado regresso à normalidade. O mês de janeiro iniciou-se com os países fortemente empenhados em vacinar os seus cidadãos, procurando assim, conter a evolução do vírus. À medida que os meses avançaram, foram descobertas novas variantes, porém as vacinas demonstraram a sua eficácia. Mesmo necessitando de várias doses, as vacinas desenvolvidas conseguiram diminuir significativamente a severidade da doença e permitiram algum regresso à normalidade. A generalidade dos países desenvolvidos reforçou também os seus sistemas de saúde e a tecnologia mRNA incluída nas vacinas atuais é de fácil atualização. Pouco a pouco, e apesar de alguns contratempos, os confinamentos foram sendo atenuados e a atividade económica foi normalizada à medida que a confiança e o otimismo dos agentes económicos regressou.

Dadas as particularidades desta crise económica, o regresso à normalidade está, porém, a ser acompanhado de alguns constrangimentos inéditos em crises recentes. A pandemia causou uma redução na oferta de mão-de-obra e originou constrangimentos nas cadeias de distribuição de bens económicos e que em última análise estão a pressionar os preços dos bens no sentido da subida.

Assim após um desempenho económico bastante negativo em 2020, o ano de 2021 foi positivo e permitiu que economia global regressasse inclusive a um nível pré-pandémico. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial subiu 5,9% em 2021 (2020: recessão de 3,1%). A retoma económica foi apoiada pelo aumento da procura, sustentada pelos programas de estímulo económico e monetário implementados por variadíssimos governos e bancos centrais. Nos Estados Unidos da América (E.U.A.), a Administração Biden conseguiu aprovar um pacote de apoio económico de 1,9 biliões de dólares (USD) e um pacote adicional de investimento em infraestruturas de cerca de 1 bilião de dólares (USD). Na Europa, o Plano de Recuperação para a Europa foi desenhado pela Comissão Europeia com um montante global de 800 mil milhões de euros e que ao longo do ano foi sendo concretizado por cada um dos países da União. A Reserva Federal (FED) manteve a taxa de juro diretora em 0%, mas à medida que a inflação começou a dar sinais de alerta, anunciou em novembro que o programa quantitativo de estímulo monetário tinha atingido os seus objetivos e era altura de inverter o ciclo. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE), seguiu as pisadas da Reserva Federal e manteve as taxas de juro em 0%, anunciando também que iria descontinuar o programa quantitativo de estímulo monetário a partir de 2022. Nos Estados Unidos, os estímulos económicos referidos anteriormente, permitiram que a economia crescesse ao nível mais alto desde 1984. O PIB registou uma subida de 5,6% (2020: 3,4%), destacando-se o contributo da retoma do consumo. A inflação subiu para 4,3% (2020: 1,2%) e tal como referido anteriormente de origem a alguns alertas nos decisores económicos. A taxa de desemprego depois da subida em 2020, voltou a descer e fechou o ano nos 5,4% (2020: 8,1%).

Na UE a retoma foi também bastante expressiva, com os agentes económicos a responderem à melhoria da situação epidemiológica e à gradual redução das medidas de confinamento que geraram uma recuperação no consumo. O PIB subiu 5,2% face à quebra de 6,4% no ano anterior. Apesar de positiva a evolução do desemprego apresenta alguma inércia e em dezembro era de 7% face a 8,2% no final do ano anterior. A EU registou também uma subida no nível de preços e que se refletiu numa subida no indicador inflação de 0,3% para 2,2%.

A China, retomou a trajetória de crescimento económico de convergência para os países desenvolvidos e após uma redução no ritmo de crescimento do PIB para 2,3% em 2020, o ano de 2021 deverá apresentar um crescimento no PIB de 8,1%. Este crescimento não foi, porém, isento de problemas. As autoridades chinesas estão a tentar refrear alguns problemas de sustentabilidade, nomeadamente nos setores tecnológicos e imobiliário, implementando regulamentação ou controlando as fontes de financiamento. Reflexo destas medidas, os mercados bolsistas nestes setores registaram perdas acentuadas e falência da gigante imobiliária Evergrande tornou-se notícia de primeira página. O conjunto das economias emergentes registaram este ano um crescimento do PIB de 6,5% (2020: -2,3%) acompanhando assim a tendência de recuperação mundial.

Em Portugal, as sucessivas vagas da pandemia e os confinamentos continuaram a marcar o ano que agora termina, saldando-se num crescimento que se estima significativo. O PIB deverá subir 4,8% em 2021, impulsionado pela recuperação nas exportações e consumo interno (2020: 8,4%). O mercado de trabalho resistiu bem à pandemia e recuperou já para níveis pré Covid. De facto, a taxa de desemprego desceu para 6,6% (2020: 7,0%), que corresponde a um valor mínimo desde 2002 e em alguns setores como alojamento e restauração surgimento mesmo alguns constrangimentos na oferta de mão-de-obra. As medidas orçamentais de suporte à economia foram significativas, porém o contexto de recuperação económica e melhoria da receita pública permite antever que o défice das contas públicas seja inferior a 3% do PIB (2020: 5,8%).

Mercados Financeiros

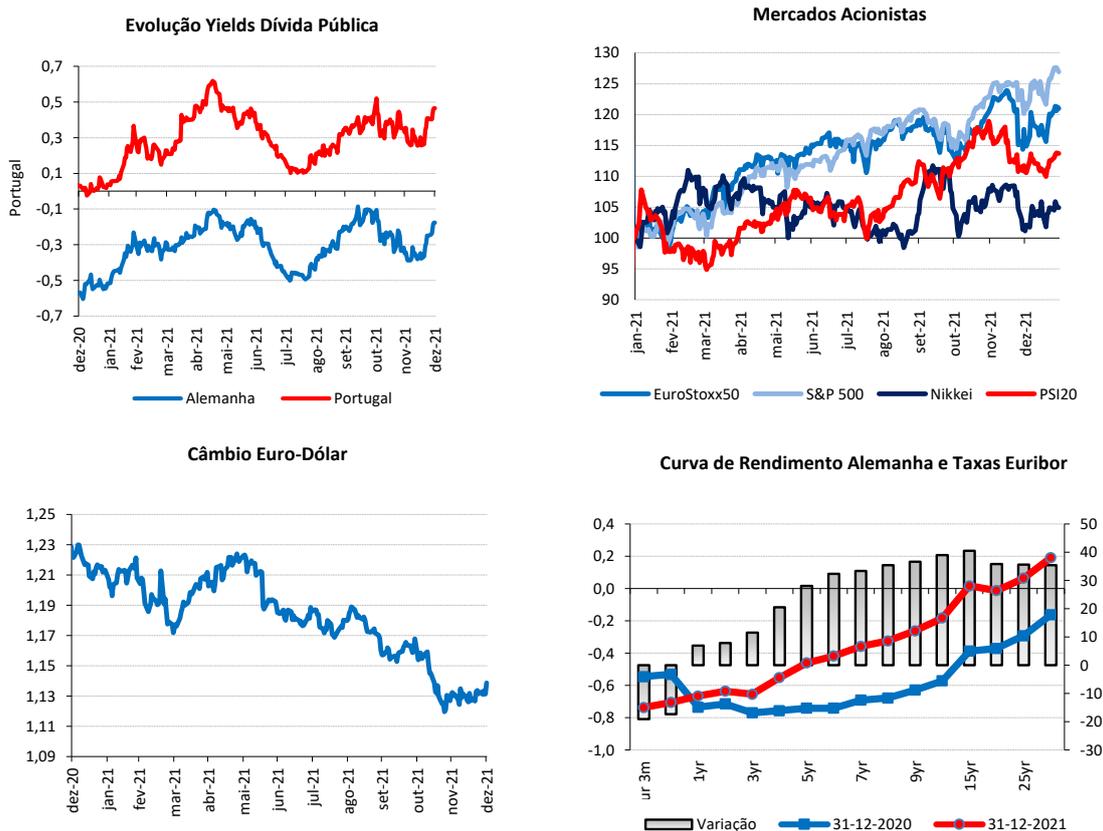
Para os mercados financeiros globais o segundo ano da pandemia foi tão dramático quanto o primeiro. Os investidores concentraram a sua atenção na recuperação económica e no apoio prestado pelos bancos centrais e puseram de parte alguns receios, como a subida da inflação, os problemas nas cadeias de distribuição e surgimento de novas variantes do vírus SARS-cov-2, para gerar mais um ano de valorizações recorde.

Tendências recentes dos mercados financeiros adquiriram uma nova relevância e influenciarão de forma indelével os investimentos nos próximos tempos. Os investidores individuais tomaram de assalto alguns ativos em Wall Street e conduziram a valorizações impressionantes nos denominados “meme stocks”. Um dos exemplos foi a empresa Gamestop, que teve uma valorização de 2.500% no preço das suas ações em janeiro e que encerrou o ano com uma valorização superior a 700%. Também as denominadas criptomoedas mantiveram um lugar de destaque na atenção dos investidores, à medida que fazem o percurso para se tornarem uma classe de ativos por mérito próprio, num contexto de aumento regulatório e de escrutínio por parte das autoridades financeiras e de forte volatilidade nos respetivos preços. Finalmente a tendência mais relevante e marcante é o crescimento da importância do investimento sustentável. Impulsionado pela preocupação dos investidores em temas como a mudança climática ou a justiça social, mas também por surgimento de alguma regulamentação de

discriminação positiva, o presente ano foi um ano record para as estratégias de investimento sustentáveis (ESG).

O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 20,1% em dólares (2020: 14,1%). Na Europa e Estados Unidos as performances das ações foram também bastante positivas. Nos E.U.A. o índice benchmark S&P 500 subiu 26,9% (2020: 16,3%), um pouco acima da valorização de 21,0% do índice Eurostoxx 50 (2020: -5,1%). No Reino-Unido o Footsie 100 registou uma subida de 14,3% (2020: -14,3%) e em Portugal, o índice PSI20 subiu 13,7% (2020: -6,1%). No Oriente, o índice Nikkei 225 valorizou-se 4,9% e o CSI300 chinês desceu 5,2% influenciado pela correção nos setores imobiliário e tecnológico.

Os mercados de obrigações globais tiveram em 2021 um ano negativo, reagindo assim à subida da inflação. A performance do índice que reúne as emissões de Dívida Pública dos países da Zona Euro (Bloomberg Euro Government Aggregate) desceu 3,4% (2020: 4,7%). A correção ficou marcada por dois momentos em que os investidores reduziram a exposição a esta classe de ativos: o primeiro aconteceu no início do ano, antecipando um período de crescimento económico prolongado, mas acompanhado de alguma inflação; o segundo sucedeu no Outono, quando os bancos centrais deram nota aos mercados que se preparavam para combater a subida de preços invertendo o ciclo de descida de taxas de juro. Nos EUA, o rendimento (yield) da emissão de Dívida Pública a 10 anos (Treasuries) subiu de 0,92% para 1,51%, enquanto na



Europa a Dívida Alemã a 10 anos (Bund) apresentou uma subida de 39 p.b. para -0,18%. A dívida pública portuguesa acompanhou a tendência de fundo e registou no ano uma subida na yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos de 0,03% para 0,46%. Olhando com maior detalhe para as obrigações emitidas por empresas, é de referir que apesar da evolução negativa, o desempenho

foi superior à dívida soberana, o que se traduziu numa recuperação dos prémios de risco para níveis pré-pandémicos: o índice iBoxx Euro Corporate Bond desvalorizou 1,1% (2020: +4,7%). O impacto da recuperação económica no petróleo foi naturalmente uma subida no preço. Os níveis de produção cresceram a um nível inferior da procura, uma vez que os principais países exportadores (OPEP+) acordaram ainda em 2020 limitar o aumento de produção como forma de sustentar uma subida de preço. Assim, o preço do barril Brent iniciou o ano em torno dos 50 dólares e subiu 51,4% para 77,46 dólares (USD).

A moeda única europeia fechou o ano nos 1,1386 USD/EUR, face a 1,2225 USD/EUR no final de 2020 (variação de -6,9%).

2. Âmbito

O Fundo de Pensões VICTORIA Valor Vantagem – Duplo Valor PPR, foi criado a 4 de dezembro de 1989 e tem por objetivo o financiamento de Planos de Poupança Reforma. O Fundo encontra-se encerrado a contribuições de novos subscritores.

3. Atividade do fundo

A política definida pode ser caracterizada como conservadora, uma que vez que prevê uma exposição máxima ao mercado acionista de 35% com um valor central de 15%. As principais classes de ativos são as seguintes:

TIPO DE APLICAÇÃO POR RISCO DE MERCADO	Valor mínimo	Valor central	Valor máximo
Mercado Monetário	2%	5%	10%
Mercado Acionista	0%	15%	35%
Mercado Obrigacionista	60%	72,5%	98%
Outros Ativos (*)	0%	7,5%	15%

(*) Nomeadamente, fundos de investimento imobiliários, Hedge Funds e outros investimentos alternativos permitidos por lei

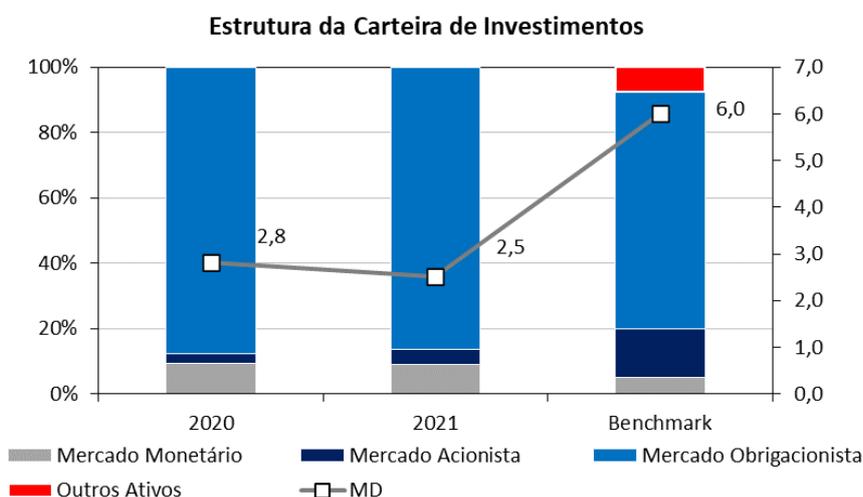
O património do Fundo no final do presente exercício era de 515 mil euros (2020: 633 mil euros), o que representa uma redução de 119 mil euros face ao final de 2020. Durante o corrente ano foram processadas saídas no montante de 174 mil euros, face a 249 mil euros no ano transato.

4. Evolução da carteira de investimento

Em 31 de dezembro de 2021 a estrutura da carteira de investimentos era a seguinte:

ATIVO	2021	2020	Carteira Objetivo
Mercado Monetário	9,1%	9,3%	5,0%
Mercado Acionista	4,7%	3,1%	15,0%
Mercado Obrigacionista	86,2%	87,6%	72,5%
Outros Ativos	0%	0%	7,5%
Duração Modificada	2,5	2,8	6,0

Os principais desvios entre a alocação de ativos do Fundo e o valor central da carteira objetivo definida na política de investimentos do Fundo residem na classe de ativos “Mercado Monetário” e na classe de ativos “Ações”, destacando-se o perfil conservado da estratégia de investimento seguida. Por um lado, o Fundo não admite entradas de novos participantes há mais de 15 anos e os contratos em carteira encontram-se muito perto do seu vencimento. Desta forma e atendendo a um critério de prudência é importante a detenção de uma parcela razoável em ativos líquidos. Adicionalmente, o Fundo garante um rendimento mínimo de 4% o que obriga a adoção de uma abordagem conservadora na escolha dos ativos do Fundo.



Em 2021 a classe de ativos “Mercado Acionista” correspondia a 4,7% do Fundo, que caracteriza o pendor conservador da estratégia de investimentos. O investimento em Obrigações era de 86,2% no final do ano, com uma Duração Modificada média de 2,5.

As principais decisões de investimento em 2021 foram:

- Durante o ano de 2021 a alocação de ativos do fundo foi de forma global mantida:
 - O investimento em ações subiu de 3,1% para 4,7% e a exposição a obrigações caiu de 87,6% para 86,2%.

- Atendendo a que o fundo se encontra em run-off e os contratos existentes se aproximam do seu vencimento, houve que fazer face a um volume de saídas importantes. Globalmente a exposição ao mercado monetário desceu de 9,3% para 9,1%.

5. Rentabilidade e Risco

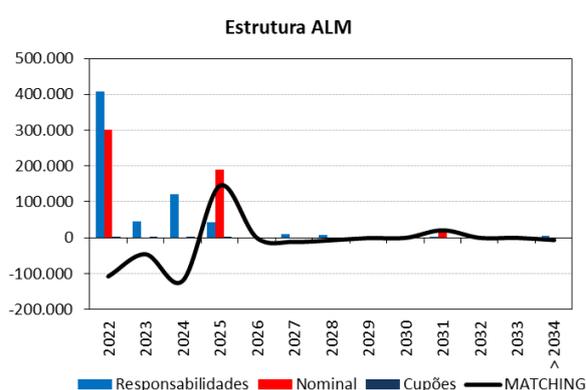
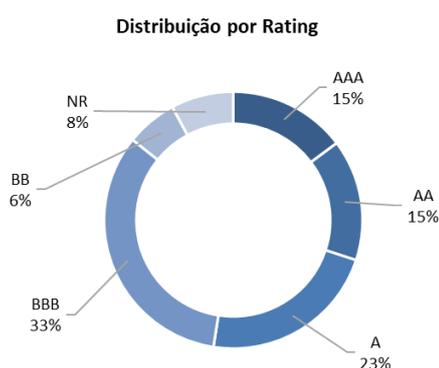
A rentabilidade do Fundo medida através da variação da unidade de participação, foi em 2021 de 4,0%. O desvio para o benchmark e o nível risco são apresentados na tabela abaixo.

Medidas Rentabilidade	2021	2020
Rentabilidade UP Fundo	4,00%	4,00%
Rentabilidade Benchmark	-1,17%	4,08%
DESVIO	%	-0,08%
RENDIMENTO GARANTIDO	4,00%	4,00%
Medidas Risco		
Risco ¹ Fundo	0,02%	0,03%

A rentabilidade TWIRR² dos ativos do Fundo foi em 2021 de 0,58%, face 2,68% em 2020. Para assegurar que o Fundo cumpre os seus requisitos de rentabilidade mínima garantida, a entidade gestora assegura o diferencial através de um eventual reforço dos capitais do Fundo. Para mitigar este risco a entidade gestora definiu uma política e estratégia de investimentos prudentes.

A notação média da carteira de obrigações (incluindo investimento indireto) é A.

O Fundo não investe em produtos derivados, operações de reporte ou empréstimos de valores.



¹ O Risco é medido como o Desvio padrão anualizado das rentabilidades semanais;

² TWIRR: Time Weighted Internal Rate of Return, sem considerar o impacto do reforço dos ativos do fundo para garantir o cumprimento da rentabilidade mínima.

6. Financiamento do plano de pensões

Não aplicável, uma vez que o Fundo apenas financia planos de poupança reforma.

7. Demonstrações financeiras

Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Unidade monetária: Euros

Notas		2021	2020
	Ativo	514.919,97	635.128,22
	Investimentos	514.829,79	635.038,04
3	Instrumentos de capital e unidades de participação	446.537,25	553.439,59
3	Títulos de dívida pública	20.921,00	20.982,00
3	Outros títulos de dívida	124,99	124,99
3	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	47.246,55	60.491,46
	Outros ativos	90,18	90,18
	Devedores	0,05	0,05
	Outras entidades	0,05	0,05
3	Acréscimos e diferimentos	90,13	90,13
	Passivo	298,52	1.633,08
	Credores	298,52	1.633,08
	Estado e outros entes públicos	298,52	1.633,08
	Valor do fundo	514.621,45	633.495,14
	Valor da Unidade de Participação	276,42	271,83

Demonstração de Resultados em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Unidade monetária: Euros

Notas		2021	2020
9	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	174.409,22	248.847,63
6	Ganhos líquidos dos investimentos	-2.468,61	2.047,57
6	Rendimentos líquidos dos investimentos	5.634,22	26.914,48
10	Outros rendimentos e ganhos	60.643,21	58.445,90
7	Outras despesas	8.273,29	9.708,28
	Resultado líquido	-118.873,69	-171.147,96

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2021 e 31.12.2020:

Unidade monetária: Euros

	2021	2020
Atividades operacionais		
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	160.883,14	248.847,63
Capitais vencidos	160.883,14	248.847,63
Vencimentos	160.883,14	228.553,13
Transferências	0,00	20.294,50
Para seguros	0,00	20.294,50
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	13.526,08	0,00
Remunerações	8.095,02	9.695,80
De gestão	7.357,02	8.957,80
De depósito e guarda de ativos	738,00	738,00
Outros rendimentos e ganhos	59.295,53	57.028,74
Outras despesas	165,15	750,48
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	-123.373,86	-202.265,17
Atividades de investimento		
Recebimentos	110.128,95	101.841,77
Alienação / reembolso dos investimentos	104.494,73	74.927,29
Rendimentos dos investimentos	5.634,22	26.914,48
Pagamentos	0,00	139.999,86
Aquisição de investimentos	0,00	139.999,86
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	110.128,95	-38.158,09
Variações de caixa e seus equivalentes	-13.244,91	-240.423,26
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	0,00	0,00
Caixa no início do período de reporte	60.491,46	300.914,73
Caixa no fim do período de reporte	47.246,55	60.491,46

8. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões VICTORIA Valor Vantagem – Duplo Valor PPR, é um fundo de pensões PPR. Foi autorizado a 4 de dezembro de 1989 com o objetivo de financiar os planos de poupança reforma. O Fundo encontra-se atualmente encerrado a entregas por novos participantes.

Nota 2 – Base de Mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras e políticas contábilísticas utilizadas

- Bases de Apresentação: No âmbito do disposto da Norma Regulamentar n.º7/2010 o regime contábilístico deve atender aos princípios gerais estabelecidos na International Accounting Standard (IAS) 1, nomeadamente os de apresentação apropriada, continuidade, regime contábilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa. Adicionalmente os ativos, passivos, rendimentos e gastos decorrentes da atividade dos fundos de pensões devem ser reconhecidos em contas patrimoniais da entidade gestora.
- Reconhecimento e Mensuração: Ativos Financeiros: Devem ser adotados os princípios estabelecidos na Norma Regulamentar n.º9/2007, que definem que os ativos que compõem o património do Fundo devem ser avaliados ao seu justo valor. Os ativos cotados, serão valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte: i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização; ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos serão valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda difundidos através do sistema de informação Bloomberg. Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos serão valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor); iii) As Unidades de Participação em Fundos de Investimento serão valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização; iv) Os depósitos e instrumentos representativos de dívida de curto prazo serão valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;
- Rendimentos: Os rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos de ações que são reconhecidos quando recebidos.
- Contribuições: As contribuições efetuadas para o Fundo são reconhecidas quando recebidas.

- Comissões: As comissões suportadas pelo Fundo são reconhecidas no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento.
- Pensões pagas: As pensões são reconhecidas no momento em que são devidas, sendo este momento, em regra, o mesmo no qual ocorre o seu pagamento.

Nota 3 – Inventário da Carteira de Investimentos em 31.12.2021:

DESCRIÇÃO	MOEDA	QTD / VALOR NOMINAL	COTAÇÃO	VALIA POTENCIAL	MONTANTE GLOBAL	%
Títulos de Rend. Variável				-1.548,16	446.537,25	86,8%
Unid. de Participação de Fundos de Invest. Mobiliário				-1.548,16	446.537,25	86,8%
BR - EUR SHORT DUR BONDS	EUR	15.451	16,43	-2.935,62	253.854,20	49,3%
SCHRODER INT EURO CORP - XD	EUR	1.147	147,14	-3.023,69	168.735,05	32,8%
Mercer Low Vol Equity Not Hedged	EUR	37	329,52	2.615,20	12.340,82	2,4%
Mercer Low Vol Equity	EUR	66	175,47	1.795,95	11.607,18	2,3%
Títulos de Rend. Fixo				-61,00	21.045,99	4,1%
Divida Pública				-61,00	20.921,00	4,1%
OTRV Float 07/23/25	EUR	20.000	104,61%	-61,00	20.921,00	4,1%
Outros Emissores				0,00	124,99	0,0%
Const. Campo Alegre 91/96 (*)	EUR	75	0,00%	0,00	74,82	0,0%
Fabrifer 91/96 (*)	EUR	50	0,00%	0,00	50,17	0,0%
Aplicações de Curto Prazo					47.038,21	9,1%
Depósitos à Ordem					47.246,55	9,2%
Juros a receber					90,13	0,0%
Regularizações					-298,47	-0,1%
VALOR TOTAL				-1.609,16	514.621,45	100,0%

(*) Obrigações em default

Nota 4 – Regime Fiscal Aplicável aos Fundos de Pensões

A 31.12.2021 o regime fiscal aplicável aos Fundos de Pensões era o seguinte:

- Tributação na Esfera do Fundo: Os rendimentos do Fundo estão isentos de tributação em sede de IRC que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional.
- Contribuições do Participante: O Participante, poderá deduzir à coleta 20% do valor subscrito no respetivo ano, com um limite máximo de: 400 euros, se o Participante tiver idade inferior a 35 anos; 350 euros se o Participante tiver entre 35 e 50 anos e 300 euros se o Participante tiver idade superior a 50 anos. Não são dedutíveis à coleta de IRS, os valores aplicados por sujeitos passivos após a data de passagem à reforma. Notamos que estes limites integram os limites globais para os benefícios fiscais dedutíveis à coleta estabelecidos no artigo 78º, n.º 7 do Código do IRS, determinados em função do escalão de rendimentos do titular.
- Reembolso: O valor do benefício poderá ser recebido discricionariamente pelo Participante sob a forma de capital, renda, ou qualquer combinação das duas.
- Benefício pago sob a forma de Rendimentos: Tributação em sede de IRS, na categoria H, ao abrigo dos artigos 11º, 53º e 54º do Código do IRS.
- Benefício pago sob a forma de Capital: Tributação em sede de IRS, na categoria E, de acordo com as disposições dos artigos 14º e 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Assim, 2/5 do rendimento auferido será tributado autonomamente em IRS à taxa de

21,5%, isto é, o rendimento será tributado a uma taxa de 8% para entregas efetuadas a partir de 01.01.2006 e a uma taxa de 4% para entregas efetuadas até 31.12.2005.

Nota 5 – Riscos a que o Fundo está exposto

Seguidamente detalham se os principais riscos a que o Fundo está exposto:

- **Risco de Investimento:** Atendendo a que a entidade gestora garante um rendimento mínimo ao Fundo, esta encontra-se exposta ao risco de investimento. Contudo, e atendendo a que o Fundo se encontra fechado a novas adesões, a entidade gestora limitou, dentro das suas possibilidades, o aumento da sua exposição a este risco. Por forma a efetuar a monitorização e mitigação do risco de investimento, é efetuado, com uma periodicidade mínima anual, o Teste de Adequação do Passivo / das Responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT) do Fundo em causa. Este teste baseia-se na melhor estimativa dos cash-flows futuros, associados a cada contrato / adesão, os quais são descontados a uma taxa média ponderada por comparação com o valor do Fundo. É constituído, sempre que necessário, um passivo adicional para colmatar a diferença existente. Em 2021 houve uma redução desta provisão em 52.042 euros para um total de 112.495,25 euros.
- **Risco Mercado:** Este risco caracteriza-se pela existência de movimentos adversos no valor de ativos do Fundo, relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário, intrinsecamente relacionado com o risco de *mismatch* entre ativos e responsabilidades, e incluindo ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados:
 - **Mercado Acionista e Imobiliário:** No final deste exercício a exposição ao risco acionista era de 4,7% face a 3,1% no ano anterior.
 - **Risco de Taxa de Juro:** A 31 de dezembro de 2021 o Fundo tinha uma exposição ao mercado obrigacionista de 86,2% (2020: 87,6%) distribuídos da seguinte forma: 82,1% em fundos de obrigações e 4,1% em obrigações de rendimento indexado. A Duração Modificada do Fundo era nesta data de 2,5 (2020: 2,8), o que nos indica que uma subida paralela estrutura temporal das taxas de juro de 100 p.b. teria um impacto negativo no valor do Fundo de 12,9 mil euros;
 - **Risco de ALM (Asset Liability Management) e de Liquidez:** O risco de ALM surge de uma desadequação entre a estrutura temporal dos ativos e das responsabilidades do Fundo. Atendendo a que o Fundo avalia os seus ativos a Fair Value, a definição de uma estrutura de investimentos ALM pura teria como consequência um nível de risco de taxa de juro incontrolável, o que implica uma gestão ativa deste risco. Adicionalmente, a incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade do Fundo pode afetar a sua capacidade face às responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos. A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM para as responsabilidades do fundo e definição da política de investimentos. De acordo com os fluxos de caixa estimados para 2022, o Fundo deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 409 mil euros que serão assegurados pela liquidez detida (46 mil euros) e unidades de fundo de obrigações de curto prazo (254 mil euros).

- A gestão continua a dar preferência a fundos de obrigações com baixo perfil de risco, conjugando assim o objetivo de geração de retorno e financiamento das necessidades operacionais de liquidez. No final do exercício a exposição a este tipo de fundos era de 254 mil euros (49,3% da carteira), enquanto os ativos de Dívida Soberana totalizavam 21 mil euros;
 - Risco Cambial: O Fundo detém apenas ativos denominados em euros, não existindo, portanto, risco cambial;
 - O Fundo não investe em produtos derivados, operações de reporte ou empréstimos de valores.
- Risco de Crédito: Este risco surge da possibilidade de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o Fundo está exposto, bem como de outras entidades devedoras com as quais o Fundo se relaciona. A 31.12.2021 a carteira de obrigações (investimento direto e indireto) era composta em 85,8% por títulos com notação de *rating investment grade*.

Rating	2021	2020
AAA	14,8%	19,1%
AA	15,3%	13,1%
A	22,4%	24,1%
BBB	33,3%	32,9%
BB	6,4%	5,7%
NR	7,8%	5,3%

A mitigação do risco de mercado é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado. Além da monitorização constante dos limites definidos pela política de investimento são utilizados os seguintes alertas:

- **VaR (95% a 1 dia):** O Value at Risk do Fundo era de 0,17%, o que significa que num período de 1 dia e com um grau de confiança de 95% as perdas não deverão exceder o referido;
- **Teste de Stress “Lehman 2008”:** Esta simulação captura o efeito caso se verificasse um acontecimento como a falência do banco Lehman em 2008. Neste caso o impacto estimado é de 2,30%;
- **Teste de Stress “Greece Crisis 2015”:** Este cenário simula a desvalorização caso o mercado incorresse em perdas semelhantes ao segundo bailout da Grécia que se seguiu ao referendo em 2015. O cenário prevê uma desvalorização de 0,24% nos ativos do Fundo;

Nota 6 – Distribuição por categoria de Investimentos dos rendimentos, ganhos e perdas reconhecidos no período

Unidade monetária: Euros

	Rendimentos líquidos	Ganhos líquidos resultantes da valorização e da alienação ou reembolso	Rendimentos líquidos	Ganhos líquidos resultantes da valorização e da alienação ou reembolso
	2021	2021	2020	2020
Titulos de dívida do Estado ou de Outros Emissores Públicos	202,78	-61,00	203,33	144,00
Unidades de Participação em FI	0,00	0,00	26.711,15	-3.788,20
Unidades de Participação em FIM (Harmonizados) maiorit. de instrumentos de capital		1.705,56		1.230,31
Unidades de Participação em FIM (Harmonizados) maioritariamente de títulos de dívida	5.431,44	-4.113,17		4.461,46
Total	5.634,22	-2.468,61	26.914,48	2.047,57

Nota 7 – Segmentação das Comissões pagas

A comissão de gestão é apurada mensalmente e corresponde a 1,44% do valor do Fundo. A comissão de depósito é devida à entidade custodiante do Fundo (Banco Millennium BCP) de acordo com o estabelecido no contrato de Banco Depositário.

Rubrica	2021	2020
Comissão de Gestão	7.357,02	8.613,27
Comissão de Depósito(*)	633,31	738,00
Comissões Transação	-	-
Imposto Selo	282,96	344,53
Outros	-	12,48
TOTAL	8.273,29	9.708,28

(*) Inclui despesas bancárias

Nota 8 – Contribuições Previstas

O Fundo não se encontra aberto a entregas de novos participantes. Em 2021 não foram efetuadas quaisquer contribuições (2020: 0,00 euros).

Nota 9 – Benefícios Pagos

Em 2021, foram efetuados pagamentos (Pensões, capitais e prémios únicos vencidos) no valor de 174.409 euros (2020: 248.848 euros).

Nota 10 – Outros Rendimentos e Ganhos

Durante o presente exercício a Entidade Gestora assumiu perante o Fundo um esforço financeiro de 60.643 euros (2020: 58.446 euros) destinado a assegurar a rentabilidade mínima garantida de 4% e o pagamento em caso de vencimento dos compromissos relativos ao Valor Vantagem.

VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

9. Certificação Legal das Contas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundo de Pensões VICTORIA Valor Vantagem Duplo Valor PPR (o Fundo), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 514.919,97 euros e um valor do Fundo de 514.621,45 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 118.873,69 euros), a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundo de Pensões VICTORIA Valor Vantagem Duplo Valor PPR em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 3, o Ativo do Fundo inclui instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 515 milhares de euros os quais representam cerca de 99% do total do Ativo.</p> <p>A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi realizada conforme referido na Nota 2, baseada em cotações em mercados ativos.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu designadamente os seguintes procedimentos substantivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Testes de revisão analítica e de detalhe sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a instrumentos financeiros, incluindo o recálculo do justo valor dos instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Entidade Gestora com as observadas em fontes de informação externas; e ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre instrumentos financeiros ao justo valor nas

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e referencial contabilístico.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Fundo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

2/4

baseadas na prova de auditoria obtida até a data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos a independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas dos Fundos de Pensões pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, de 30 de março de 2012, para concluir o mandato compreendido entre 2011 e 2013, com início no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 30 de março de 2014, fomos nomeados para o segundo mandato de 3 anos compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para o terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para um quarto mandato compreendido entre 2020 e 2022. Em cumprimento do limite máximo da duração do exercício de funções de revisão legal de contas pelo revisor oficial de contas (dez anos) estabelecido no art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro e alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, renunciaremos ao mandato em curso após conclusão dos trabalhos com referência a 31 de dezembro de 2021;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Fundo nesta data;

3/4



Fundo de Pensões VICTORIA Valor Vantagem Duplo Valor PPR
 Certificação Legal das Contas
 31 de dezembro de 2021

- ▶ Declaramos que não prestamos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestamos ao Fundo serviços de exame simplificado dos elementos financeiros e estatísticos a reportar pelo Fundo à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nos termos da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e da Norma Regulamentar n.º 8/2016 - R, de 16 de agosto, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Lisboa, 18 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
 Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
 Num. de identificação: 11671014
 Data: 2022.04.18 15:25:23+01'00'

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
 Registado na CMVM com o n.º 20161189